

**Título:** Liberdade, Esquadrinhamento e Singularização: A Análise do Vocacional e os Processos de Escolhas dos Jovens da Maré

**Resumo:** O presente trabalho parte da problematização do discurso de uma suposta liberdade, através do qual os sujeitos são marcados como livres. A suposição é de que esse discurso insere-se em um projeto social de captura dos desejos e subjetividades e é somente através dele que é possível um exercício de controle – Bipoder. Tal questionamento surge das intervenções do projeto de pesquisa "Construindo um processo de escolhas mesmo quando 'escolher' não é um verbo disponível" (Psicologia da UFRJ) no Curso Pré-Vestibular (CPV) do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, através da prática de Análise do Vocacional. A análise acerca desse discurso da liberdade segue encadeado à uma análise das forças que se engendram o campo das escolhas profissionais, mais especificamente dos jovens e moradores das comunidades da Maré

**Palavras Chaves:** Liberdade – Processos de Singularização – Análise do Vocacional

**Título:** Liberdade, Esquadrinhamento e Singularização: A Análise do Vocacional e os Processos de Escolhas dos Jovens da Maré

**Autor(a):** Flávia de Abreu Lisboa

**Orientador:** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

## 1) Introdução

O presente trabalho parte da problematização do discurso de uma suposta liberdade, através do qual os sujeitos são marcados como livres. O que produz estranhamento é que esse discurso está intrinsecamente ligado a um projeto social de captura dos desejos e subjetividades em suas minúcias. No contemporâneo, as tecnologias de poder se instauram nas relações sociais em suas ‘microfacetas’, de forma que os sujeitos são produzidos por esta rede institucional, ao mesmo tempo em que suas ações legitimam e reproduzem essas formas de subjetivação. A suposição é de que a crença na liberdade individual, apesar de ilusória, acaba sendo a mola propulsora de uma construção hegemônica dos modos de existência.

Partindo dessas tecnologias de controle, compreende-se o cenário social enquanto uma rede articulada com as minúcias da vida de cada sujeito, planteado por um projeto de hegemonia subjetiva. Através de um maquinário de poder, esse projeto se sustenta na produção das normas sociais, as quais delineiam os sujeitos ‘normais’ e os ‘desviantes’. Aqueles que fogem às normas são criminalizados, marcados enquanto margem dessa hegemonia. Nessa conjuntura, compreende-se que as escolhas vão sendo delineadas por um projeto de mesmificação dos sujeitos e a liberdade passa a ser um ideal: as alternativas que se colocam como possíveis estão atreladas a esse maquinário. Contudo, a proposta aqui é colocar em uma análise essas relações sociais, em uma discussão acerca da Sociedade de Controle, bem como da produção homogeneizada das formas de ser sujeitos, que esmagam todo e qualquer tipo de singularidades<sup>1</sup>.

De maneira cartográfica, em que as metas e os objetivos são traçados ao longo do caminho, este relatório foi se delineando de acordo com algumas leituras e principalmente com o próprio desenrolar da escrita. Considerando que a produção de conhecimento não se faz de maneira isolada à prática, os questionamentos que impulsionaram este trabalho emergem dos encontros ocorridos em um campo de atuação. Trata-se de pensar um relatório de conclusão de uma intervenção a partir de uma reflexão e análise dos processos de escolha profissional no contemporâneo.

---

<sup>1</sup> Guattari (2004) define produção de subjetividade partindo dessas tecnologias de controle, enquanto uma linha de montagem de uma economia coletiva, assumindo um caráter hegemônico ou serializado. A tendência é igualar todos os modos de existência à uma mesma de referência. Em contraposição – ou resistência – os processos de diferenciação desse controle social se caracterizam pela reapropriação das imagens de referência, constituindo assim a produção de modos de subjetivação originais, marcando singularidades que recusam tal hegemonia.

O projeto de pesquisa-intervenção – hoje também projeto de extensão – "Construindo um processo de escolhas mesmo quando 'escolher' não é um verbo disponível"<sup>2</sup> atua no Curso Pré-Vestibular do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CPV-CEASM) desde 2009 e a emergência de alguns discursos serviu como analisador<sup>3</sup> desse conceito de liberdade. O projeto funciona desde 2006, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e integra diversas práticas que utilizam o grupo enquanto dispositivo de intervenção, dentre elas a prática de Análise do Vocacional<sup>4</sup>. A partir dos discursos encontrados ao longo das intervenções, a análise acerca desse discurso da liberdade seguiu encadeado à uma análise das forças que se engendram e sustentam o campo das escolhas profissionais, mais especificamente dos jovens e moradores das comunidades da Maré.

De uma maneira geral, os estranhamentos são referentes a essa definição de lugares certos para sujeitos adequados. A prática de orientar vocações surge atrelada às transformações sociais que voltam a atenção para o trabalho individual. Com a demanda do aumento da produtividade e melhor aproveitamento da força de trabalho, a Orientação Vocacional surge na busca por desvelar as verdadeiras vocações e canalizar as aptidões, a fim de enquadrar um corpo ao lugar mais apropriado nas relações de produção. A problematização deste trabalho não se reduz ao lugar que é produzido a partir das aptidões ou capacidades que o corpo possui, no sentido de desvelar quais as verdades do sujeito e adequá-lo a uma profissão. O que se coloca como questão é que o processo de escolhas dos jovens das comunidades da Maré é atravessado por angústias que fazem ver e falar outros processos de segregação desses lugares adequados.

Esse estranhamento surge de algumas frases que dão visibilidades a um enquadramento dos sujeitos a determinados lugares. Tais discursos mostram que existem lugares certos para sujeitos adequados, bem como profissões mais apropriadas a

---

<sup>2</sup> O projeto surgiu em 2006, no Instituto de Psicologia da UFRJ, e teve como campo de atuação os Projetos de Extensão dos Cursos Pré-vestibulares do Caju e de Nova Iguaçu, nos Cursos Pré-vestibulares comunitários do Rio das Pedras e Martin Luther King. Atualmente está inserido na Divisão de Psicologia Aplicada da UFRJ, no Colégio Pedro II em Niterói e em dois Cursos Pré-vestibulares na favela da Maré (CEASM e REDES-Maré).

<sup>3</sup> Analisador, segundo Guattari (1987), é aquilo que emerge a partir dos encontros e que nos permite colocar em análise um campo de forças que delineiam processos de subjetivação ou de práticas e instituições sociais.

<sup>4</sup> Esta prática surgiu em 2006 com a inserção deste projeto em um projeto de extensão da UFRJ. Insere-se no campo da Orientação Vocacional, uma vez que trabalha com escolha da profissão, porém se afirma enquanto novas possibilidades de pensar e trabalhar tal escolha.

alguns sujeitos, não pelas aptidões, mas por outras categorizações que se produzem. Seja no que diz respeito a algumas profissões que são mais apropriadas para os alunos do pré-vestibular quanto da afirmação de que grande parte dos moradores das comunidades se quer vê a entrada na universidade como uma possibilidade de vida. Nesse sentido, a profissão ou o acesso a universidade funcionariam como critérios de legitimação de normas sociais e, com efeito, desses jovens enquanto adequados a um padrão específico de trajetória profissional. É a partir das normas sociais que se afirmam os sujeitos inseridos ou marginalizados. Desta forma, a análise é dos processos de construção dessas normas, dos sujeitos sociais e daqueles que devem ou não ocupar esses espaços, fazendo referência, portanto, ao processo de criminalização desses sujeitos que estão à margem dessas normas e desses espaços adequados aos sujeitos ditos normais.

## **2) O trabalho de Análise do Vocacional**

### **2.1 O projeto de Pesquisa**

O projeto de pesquisa-intervenção “Construindo um processo de escolhas mesmo quando escolher não é um verbo disponível” funciona desde 2006, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Com a encomenda referente à possível entrada da psicologia no Curso Pré-Vestibular do Caju (CPV-Caju), um projeto de Extensão da UFRJ, surge a primeira atuação do projeto. Influenciada pelo trabalho de Análise do Vocacional realizado por Mônica Frotté na Universidade Federal Fluminense, foi criada uma forma de intervenção chamada de Análise do Vocacional. Desta forma, a inserção no pré-vestibular se deu a partir da criação de grupos de Análise do Vocacional (AV) junto aos alunos. Desde então tivemos entradas em vários outros espaços.

Alguns filósofos, desde a antiguidade, valorizavam a imprevisibilidade da vida e as suas multiplicidades em contraposição as identidades e unificações do pensamento platônico. Com isso, o pensamento passa a ser entendido como o efeito do encontro entre os corpos. E partindo desses encontros, surgem novos problemas, novas questões, e conseqüentemente novos sentidos. Passando dessa concepção de pensamento, como multiplicidade e efeito dos encontros, ao campo das vocações, a trajetória profissional passa a ser entendida como algo que se constrói a partir de experimentações, de forma que deixa de haver um a priori a ser revelado (FROTTÉ, 2001). A partir daí, o trabalho

da Análise do Vocacional problematiza o conceito de vocação, como um dom inato ou um “chamado”, que define um lugar certo para o sujeito adequado.

O objetivo desta prática não se propõe a elencar aptidões e desvelar verdades, ou ainda, em afirmar a profissão adequada para cada um dos sujeitos. Dessa forma, vai de encontro com os modelos tradicionais de orientação vocacional e com a figura do psicólogo enquanto o detentor de um saber especializado. Esta intervenção acontece como um movimento de escuta dos anseios dos jovens, não tentando indicar-lhes receitas de como proceder para melhor escolher. Trata-se de colocar em análise a construção de um processo de escolhas. A aposta é no estranhamento que desmanche territórios pré-estabelecidos a partir da vivência do inesperado, o, abrindo possibilidades de outros sentidos sobre a escolha. É no compartilhando dúvidas, afetos e intensidades que é possível escapar de formas prontas, experimentando a criação de outras histórias profissionais.

O trabalho da Análise do Vocacional é formado a partir da procura espontânea dos integrantes, sendo eles alunos dos pré-vestibulares, alunos da escola ou clientes da DPA. É iniciado por uma entrevista individual, como uma forma de levantamento das demandas singulares e estabelecimento de vínculo inicial entre o estagiário e o participante. Em seguida acontecem, aproximadamente, dez encontros de grupo, nos quais são realizadas atividades como dinâmicas, leituras, produções de textos, músicas, discussões, entre outras. O trabalho é, então, finalizado com uma entrevista devolutiva, na qual é entregue um laudo psicológico<sup>5</sup>, que contém uma análise das questões emergentes desde o encontro inicial até o fim do processo.

Barros (2007) define o grupo como um espaço múltiplo, no qual se relacionam diversas forças que interagem de forma aleatória, ou seja, não há uma relação hierárquica, permanente, ou de continuidade. Compreende-se que este é um dispositivo de intervenção potente na medida em que o entrecruzamento de diferentes modos de existência permite a emergência de novas potencialidades e o estranhamento de referenciais naturalizados. Os encontros de grupo permitem desindividualizar demandas, que são constituídas por um conjunto de fatores sociais articulados. Desta forma, a situação de crise pela qual os jovens passam funciona como mola propulsora para o aparecimento de múltiplas demandas a serem trabalhadas. As experiências trazidas tornam-se fonte de questionamento, provocando afetações e possibilitando a

---

<sup>5</sup> Em conformidade com a Resolução 007/03 do Conselho Federal de Psicologia.

criação de novas formas de ver, pensar e sentir o mundo. Assume, portanto, um caráter mutante: se constrói e se modifica conforme as questões que vão emergindo. Não se faz pronto, a priori ou endurecido, mas está sempre em movimento, se modulando a partir do que se faz presente. Por conta disso, o grupo se faz potente pela multiplicidade: diferentes demandas; diferentes efeitos e transformações possíveis para cada subjetividade ali (re)inventada.

## **2.2 O trabalho na Maré**

As reflexões acerca da escolha profissional que impulsionaram a construção deste trabalho emergem dos grupos realizados no Curso Pré-vestibular do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, bem como das intervenções em outros espaços do CPV como reunião com toda a equipe – monitores, professores e coordenadores. A parceria entre o projeto de pesquisa e o CEASM tem início no meio de 2009. Desde então foram realizados alguns grupos de Análise do Vocacional, bem como outras práticas de grupo.

Durante o ano de 2010, a primeira etapa intervenção com os alunos consistiu em uma apresentação para os alunos, trazendo uma explicação sobre a nova proposta. Houve bastante interesse, tendo aproximadamente 40 inscritos para a realização do trabalho. Após o processo de escolha dos 20 participantes que integrariam o grupo, foram realizadas 20 entrevistas iniciais, as quais aconteceram individualmente. Os encontros aconteceram entre março e julho desse mesmo ano, no pré-vestibular do CEASM. Tiveram como facilitadoras as estagiárias Aline Gomes de Carvalho e Flávia de Abreu Lisboa, sob orientação e supervisão do professor/psicólogo Pedro Paulo Bicalho (CRP 05/26077).

Como pesquisa-intervenção e entendendo que o método não se dá a priori, mas é construído a partir da experimentação, utilizamos como metodologia de intervenção (e, por conseguinte de pesquisa) o método cartográfico. Na cartografia não cabe pensar em metas pré-fixadas, as quais terão de ser atingidas a partir da pesquisa. Mas, diferente disso, é no caminho e no encontro com o objeto que tais metas vão sendo delineadas (PASSOS, Eduardo, et al, 2009). Os encontros foram distribuídos em três etapas principais: apresentação, integração e constituição do grupo; discussão e análise das demandas; fechamento e devolutiva; mas as atividades realizadas foram planejadas ao longo dos encontros, tendo o objetivo de abarcar essa multiplicidade de demandas.

O grupo começou com a participação de 20 alunos, sendo finalizado com 11 alunos. Vale ressaltar que a evasão é um processo que se faz presente na grande maioria dos grupos de Análise do Vocacional, assim como nos cursos pré-vestibulares comunitários, sendo um tema de grande importância a ser analisado enquanto possibilidade de pesquisa<sup>6</sup>.

De uma maneira geral, as intervenções funcionaram como disparadores para algumas reflexões ligadas a escolha profissional, a adequação de sujeitos a referências normativas e a composição dessas relações para os jovens moradores das comunidades da Maré.

### **3) Considerações e reflexões finais**

#### **3.1) O crime e os processos de criminalização: cada um no seu quadrado**

Transgressões encontram-se na vida humana em todas as sociedades e culturas, em diferentes contextos e épocas. Fica aí uma pergunta: será que os comportamentos considerados “crime” são os mesmos em todos os lugares, em todos os momentos? Michel Foucault em sua leitura arqueolócio-genealógica, seja da loucura, da sexualidade ou das prisões, parte de uma história que não se faz por linearidade, mas que considera as condições de possibilidade que permitem o surgimento das experiências como tais, em cada território histórico-social. A valoração dos comportamentos se diferencia a partir das práticas, dos discursos e saberes que circulam nas sociedades. (DORNELLES, 1988)

O objetivo aqui não é colocar em discussão os processos de incriminação<sup>7</sup>, ou de estudar o crime em sua faceta judiciária. A criminologia como um campo que se caracteriza por estudar as relações entre norma, transgressão e castigo, permite que o crime seja concebido a partir do que se entende como transgressão de uma norma. Ao problematizar os enquadramentos dos sujeitos a lugares mais adequados socialmente, partindo da escolha da profissão e do acesso à universidade pública, fazemos referência aos processos de criminalização, enquanto a produção de subjetividade remetida às transgressões das normas cotidianas. Surge a compreensão de que as leis em que estão inscritas as normas não são necessariamente leis penais, na medida em que estas não respondem à totalidade dos processos de exclusão social.

---

<sup>6</sup> Bicalho e Sousa (2010)

<sup>7</sup> Os processos de incriminação fundamentam-se na norma como lei penal. E os castigos consistem em processos de enquadramento de algo que está fora da lei à lei, por meio de cumprimento de pena.



Segundo Dornelles (1988) a produção das normas e convenções resultam da valoração dos comportamentos humanos dentro de uma realidade social, de um contexto histórico-social-econômico-cultural. Deste modo, é dessa produção que se pautam a construção desse modelo em ‘cada um tem seu quadrado’ específico na sociedade, constituindo assim os processos de criminalização. Não são leis concretas ou positivadas, mas leis inscritas na cultura e na subjetividade, portanto. Trata-se de pensar que a própria norma é produzida a partir de um controle dos modos de ser sujeitos, e que, portanto existem aqueles indivíduos que se encontram ‘a margem’ dessa ‘lei subjetiva’.

Pensar essa noção de norma, margem e desvio se torna importante para postular a idéia da existência de lugares certos para os sujeitos adequados. Dornelles (1988) refere-se à conduta normal enquanto o que se insere dentro das normas e convenções previstas. Os comportamentos que diferem dessa expectativa ou que fogem a essas normas produzidas são denominados conduta desviante. Desvio é aquilo que foge, que escapa à convenção de cada coisa em seu lugar.

Segundo Deleuze (apud KASTRUP, 2009), em cada formação histórica há maneiras de se relacionar com o mundo específicas, produzidas a partir de práticas, experiências, discursos e saberes característicos de cada época. Os meios sociais, assim como as subjetividades produzidas, estão em constante transformação. Não são verdades sobre a vida em sociedade, mas são processos sempre inacabados. Ao pensarmos que existem formas de ser sujeito determinadas à ocupar um papel e um espaço social específicos, vale pensar quais são as forças e vetores que estão em jogo e de que maneira eles se relacionam. Quais são as normas que estão em jogo e como elas se produzem?

### **3.2) A produção das normas na Sociedade de Controle**

O século XVIII foi marcado por diversas transformações que caracterizam a construção de uma nova conjuntura social. Como marca desse novo cenário, a emergência do capitalismo e de uma nova lógica de produção impulsiona o aumento considerável das populações, a construção dos espaços urbanos e de novas relações no trabalho, na família, ou ainda, nos espaços públicos e privados. Contudo, é necessário que haja uma nova forma de controle dos indivíduos, na tentativa de garantir a inserção à essa nova forma de organização. Nessa conjuntura, emergem algumas práticas voltadas para os exames dos indivíduos, as quais buscavam descrever uma natureza

inerente a cada um, categorizando-os e classificando-os. Esses exames, que aconteciam dentro de alguns espaços específicos, no enquadramento dos muros das instituições, descreviam normatizações dos comportamentos, filiando as singularidades a essas categorias produzidas. O indivíduo é disciplinado e ordenado a partir dessas normas e não mais a partir da lei e do contrato social. Surge um zelo por todas as formas de vida: os que são normais serão mantidos na normalidade; os que não são, a elas devem retornar. (FERREIRA, 2005). E são estas as normas que caracterizam quais são os comportamentos desviantes.

Com a complexidade da organização social os dispositivos de poder tornam-se cada vez mais sutis, o que configura o surgimento de uma nova tecnologia de controle dos indivíduos. As transformações que marcam a passagem da Sociedade Disciplinar para a Sociedade de Controle provocaram mudanças essenciais nos vetores de formação de práticas sociais e de produção das subjetividades. Segundo Deleuze (apud MACIEL, 2007), essas transformações se caracterizam pelo desmoronamento das fronteiras que definiam as instituições. Por definição, a Sociedade de Controle compreende a forma de ordenamento político-social na qual o poder toma forma de biopolítica, incidindo sobre as potencialidades da vida. Nesta organização a disciplina não deixa de existir, mas ela se rearranja num contexto em que a produção passa a ser sem fronteiras. A instituição<sup>8</sup> e seus muros dão lugar a uma rede de práticas, saberes e discursos que capturam as subjetividades em sua esfera micropolítica. Se antes o controle social fazia-se através de uma disciplinarização dos corpos e do espaço e do tempo dos indivíduos, dentro de um estabelecimento fechado, contendo regras e normas – tal como a escola, o hospital, a prisão –, agora o controle se faz através do simples viver. Não há somente a captura dos corpos, mas a captura dos desejos e das subjetividades. A obediência à lei vem agora do interior do sujeito. Como descreve Maciel (2007), o controle atua menos num molde dos comportamentos do que na modulação de movimentos. Nesse sentido, o poder passa a ser exercido não no indivíduo qualificado politicamente, mas sobre a condição vivente, através dessa captura dos desejos.

Os comportamentos que são determinados como desviantes são produzidos a partir de normas que são formalizadas com essas tecnologias de poder. Desde os

---

<sup>8</sup> A Análise Institucional Sócio-Analítica surge na França no século 60/70 enquanto proposta de vizibilizar o jogo de poder marcado nas instituições. Nota-se que o conceito de instituição se modifica: não mais como prédio ou estabelecimento, mas como modos de legitimação de algumas práticas e saberes. Nesse sentido, a própria regra institucional já se estabelece a partir de ações, discursos e práticas inseridas dentro e fora dos muros das escolas, hospitais e prisões (BARROS e PASSOS, 2000)

exames e disciplinas essas classificações se produziam. Mas agora essa categorização dos indivíduos ocupa uma esfera de produção micropolítica. O poder, que agora tem seu exercício nas minúcias das vidas de cada sujeito, constrói quais são as formas de subjetivação aceitas enquanto normalidade e quais são as transgressoras. É nisso que se pautam os processos de criminalização: somente a partir da constituição das normas que é possível haver a criminalização do transgressor, afirmando e produzindo imagens referenciadas à marginalidade.

### **3.3) O maquinário de produção**

Partindo desse modo de funcionamento pautado no Biopoder, na produção das subjetividades e nos processos de normatização dos comportamentos, essas novas tecnologias de controle se sustentam enquanto um maquinário que produz e legitima tal configuração. Dessa maneira, se torna relevante ressaltar algumas características principais desse maquinário de produção. Partimos de três aspectos intrinsecamente interligados: a não imposição, uma vez que há desejo; o discurso da liberdade e a esmagadura das singularidades; e por último, a invisibilidade do maquinário.

Começamos falando da produção dessas categorias de normalidade e, por conseguinte de criminalização, enquanto algo que se faz não como imposição, mas como um desejo. A classificação dos sujeitos não resulta de uma regra institucional da escola, do hospital ou da prisão, mas resulta das ações de todos os indivíduos, em suas falas, em seus discursos, em suas práticas.

Guattari (2004) traz o conceito de Economia Subjetiva Capitalística, entendendo que as relações de inteligência, de controle e organização dos sistemas de produção e de vida social se plantam em processos maquínicos, ou seja, em máquinas que produzem formas de ser sujeito serializadas, normalizadas. Existe um consenso subjetivo, uma imagem tomada como referência em todos os níveis de produção e de consumo. A tendência é igualar todos a essa imagem de referência. São forças hegemônicas que atravessam a produção de subjetividade de maneira também hegemônica, tornando-a coletiva. Daí a idéia de Economia Coletiva. A ordem capitalística incide nos esquemas de conduta, nas ações, gestos, pensamentos e sentimentos.

Viesenteiner (2006) descreve essa máquina de produção a partir de um processo de rostificação dos corpos. É uma máquina que define quais são os corpos adequados ou não e, enfim se encarrega de rostificá-los. A partir dos códigos, signos e normas que se

produzem, as pessoas são confiscadas. Em seguida há a definição de um grande Rosto atrelado a cada uma das singularidades. Dessa forma:

Essa máquina é denominada máquina de rostidade porque é produção social do rosto, porque opera uma rostificação de todo corpo, de suas imediações e de seus objetos, uma paisagificação de todos os mundos e meios (DELEUZE apud VIESENTEINER, 2006, p.5).

A produção de lugares e territórios comuns, de signos, normas e subjetividades que são aceitas, mas mais ainda, são desejadas. É atrelado a isso se pauta um segundo ponto relevante. Esse desejo só se sustenta enquanto captura, na medida em que o sujeito, enquanto livre, é responsável por suas próprias escolhas. O poder passa a se exercer a partir do discurso de uma suposta liberdade que o alimenta: os sujeitos são livres em suas escolhas. Mas aquilo que eles desejam é uma produção maquínica que esmaga todos os desejos que fogem a essa hegemonia. Segundo Maciel (2002), as alternativas e opções passíveis de desejo são controladas por esse maquinário. É então o próprio sujeito que deseja ou que escolhe tais opções, daí a idéia de suposição da liberdade.

Viesenteiner (2006) ao falar sobre isso:

O mecanismo oculto que a máquina abstrata emprega para produzir Rosto (...) é um grande agenciamento de poder que opera mais ou menos assim: ao mesmo tempo em que a cultura contemporânea necessita convencer que se vive um momento de extrema liberalização, paradoxalmente, sentimo-nos reprimidos como nunca antes. É como se disséssemos que para controlar e dominar melhor uma pessoa precisamos antes falar que ela é livre (p.5).

A estrutura na Sociedade de Controle funciona a partir dessas grandes categorias que modelam coletivamente os modos de ser sujeito, esmagando as produções de subjetividade que escapem a essas categorias (GUATTARI, 2004). Se partirmos do processo de rostificação ou hegemonia, compreende-se uma de modelização que caracteriza um projeto de mesmificação: uma espécie de incorporação do diferente à norma. Há uma sobre-codificação de todo aquele que escapa a subjetividade hegemônica ou ao grande Rosto. Aqueles que são des-territorializados são re-territorializados.

Aqueles que são caracterizados como ‘desviantes’, são re-disciplinados. É um processo de rostificação dos desviados (VIESENTEINER, 2006).

É como se essa homogeneização ou rostificação não fosse imposta, mas fosse uma “escolha livre”. Mas essa liberdade pauta-se numa ilusão: somos livres para desejar, mas nossos desejos são capturados (AUTERIVES, 2002). Os desejos que afirmariam as singularidades, que potencializariam outras possibilidades de si acabam por ser esmagados por essa estrutura social e por esse projeto de mesmificação.

Batista (2003) descreve essa produção como um empreendimento no qual as pessoas estão inseridas. Nesse meio nada pode ser assimilado como originário, uma vez que aquilo que se produz como criação ameaça essa hegemonia. “O Estado moderno produziu uma destruição criativa ao empreender a aniquilação cultural e física dos estranhos (BATISTA, 2003. p.80)”. Tudo aquilo que ameaça a ordem e a sua visibilidade deve ser controlado, aniquilado. Nesse sentido, o estranho, o desviante e o a-normal são criminalizados, uma vez que afirmam uma transgressão a essa normatização dos comportamentos. Esse estranhamento ou necessidade de aniquilação de tudo aquilo que ameaça a ordem é o que sustenta o processo de criminalização daquele que transgredir. Há aí a composição de um projeto de ‘colocação em ordem’, o qual se propõe a dar conta das anormalidades, ou daquilo que produz estranhamento.

Então, como ser livre quando o diferente a ser aniquilado é o sujeito?

E aí ressalta um terceiro ponto: uma vez que há o desejo, não há um inimigo que imponha. Enquanto máquina, opera sem ser vista. E esse é o maior perigo da Economia Subjetiva Capitalística, da máquina de rostificação, instrumentos que operam o exercício do poder na Sociedade de Controle. Na medida em que as subjetividades são produzidas em sua faceta micropolítica, não há uma instância de imposição de poder que ganhe visibilidade. Uma vez que se eliminam as fronteiras das instituições disciplinadoras e passa a haver um agenciamento que atravessa as práticas e experiências subjetivas em suas minúcias, esse maquinário passa a ser invisível. Esta é, portanto, uma máquina abstrata: ela está em toda parte, em todos os espaços, tem seu nome oculto e tampouco tem um rosto que a identifique. A ordem estabelecida se torna tão óbvia e naturalizada que passa a ser imperceptível. A organização social produzida por esse maquinário de poder é tida como “A” ordem do mundo. “Não por acaso temos dificuldades em lutar contra algo, pois sequer conseguimos identificar quem é o inimigo (VIESENTEINER, 2006, p.5)”.

### **3.4) E o que eu vou fazer com essa tal liberdade?**

A proposta aqui é pensar a escolha da profissão como uma das formas de captura dos desejos.

O trabalho de Orientação Vocacional surge então como uma busca de uma verdade sobre os sujeitos. Quais são as aptidões e em que posição elas se encaixam? A escolha da profissão passa a ser um campo de captura do corpo e do tempo dos indivíduos, por ora pautado na maximização da produtividade. Com a Sociedade de Controle essa captura não se resume ao corpo e ao tempo, mas também do desejo para o trabalho. Segundo Mansano:

Dessa maneira, a crescente expectativa que incide sobre o adolescente acerca de seu futuro, acaba se caracterizando como um dispositivo sofisticado de preparação para o seqüestro de ser corpo, e na contemporaneidade, também de sua subjetividade para o trabalho (MANSANO, 2007, p.38)

Dáí se vale o discurso de uma suposta liberdade: agora eles vão realizar uma escolha supostamente livre do que vão ser profissionalmente. A partir das suas preferências individuais, acredita-se que essa escolha transita pelas diferentes possibilidades de profissão. E então os jovens se deparam com a angústia dessa escolha: e o quê que eu vou fazer com essa tal liberdade?

Poderíamos pensar assim, que a Orientação Vocacional seria uma prática de colocar cada um no seu quadrado. Em contraposição a essa pretensão, o trabalho de Análise do Vocacional coloca em análise constructo vocação, ou aquilo que se entende como o vínculo com a profissão. A vocação deixa de estar na suposta natureza ou essência do sujeito e passa a ser vista como uma construção a partir das experimentações e encontros que se fazem ao longo das trajetórias percorridas. A própria noção de escolha se modifica: não se trata do algo escolhido, mas ao processo que percorremos, e quais os vetores que estão ali permeando ao fazerem emergir esta opção ao invés de qualquer outra.

Na problematização da noção moderna de sujeito, em que natureza ou essência passam a ser suposição, a subjetividade passa à um caráter processual emergindo enquanto efeito do entrecruzamento de diversas forças. Quando falamos em um fenômeno como a escolha da profissão, damos visibilidades a essas forças que estão presentes nessa conjuntura social nos quais esses sujeitos estão inseridos – e em composição. Guattari (2004) traz a concepção de subjetividade atrelada ao conceito de

agenciamento coletivo de enunciação<sup>9</sup>, na medida em que os vetores que constroem as escolhas dos sujeitos enunciam verdades que são coletivas. Dentro dessa composição de escolhas, sujeitos e mundo constituem vetores desse maquinário de produção de subjetividade capitalística.

Uma vez que se constroem verdades acerca dos futuros profissionais, se produzem modos de ser sujeito. Apesar de uma suposta liberdade de escolha, existem profissões adequadas para cada um dos sujeitos. E na medida em que os caminhos são determinados em função dessa adequação a lugares específicos, a modelização e a mesmificação são legitimadas. Essa hegemonia subjetiva se afirma enquanto uma hegemonia política de “colocação em ordem”: as coisas certas nos lugares certos. É o esquadramento dos processos de subjetivação agora também no campo do trabalho, em função de um projeto de sociedade em que cada um tem seu quadrado.

### **3.5)A Maré e seu quadrado**

Partindo dos trabalhos de Análise do Vocacional, alguns vetores se tornaram mais evidentes como atravessamentos das escolhas dos jovens do bairro da Maré. Algumas falas fazem ver e falar forças que delineiam lugares mais adequados para aqueles sujeitos. Tal adequação não se faz nessa busca por suas naturezas ou aptidões. Conhecer quais as capacidades o corpo possui a ponto de definir qual espaço de produção será mais eficaz deixa de ser suficiente. O que traz inquietação é perceber nos discursos, tanto dos professores e coordenadores, quanto dos alunos que participavam das atividades, que os processos de escolhas muitas vezes evidenciavam outras formas de definição dos territórios profissionais. Quando falamos numa hegemonia das formas de subjetivação, entra nessa hegemonia uma determinada forma também de trabalho.

Durante as atividades realizadas algumas dinâmicas foram utilizadas como disparadores de uma discussão que seguia seu curso em detrimento das enunciações do grupo. Dentre os atravessamentos da escolha profissional que foram enunciados, o medo de errar e a necessidade de não perder tempo eram dificuldades quase que unânimes em todos os grupos. “Quanto mais cedo for introduzido no mundo do trabalho, mais cedo poderá apresentar resultados, em termos de acúmulo de capital

---

<sup>9</sup> Segundo Guattari (2004), os processos de subjetivação não são centrados em agentes individuais. Não há uma entidade individual ou social pré-determinada. Trata-se de pensar que os enunciados de um modo de ser sujeito fazem ver e falar forças e agenciamentos que são do âmbito coletivo, marcando assim a subjetivação enquanto agenciamento coletivo de enunciação.

(MANSANO, 2007, p.38)”. São composições que se fizeram presentes e que funcionam como analisadores dessa suposta liberdade de escolha. Ela é livre, mas deve ser rápida e eficaz. Não há possibilidade de ser a opção errada. Esse era um vetor que já se discutia no próprio surgimento das práticas de Orientação Vocacional (FROTTE, 2001).

Além dessas angústias, outras frases e falas que emergiram nas dinâmicas despertam para outro ponto. Ao longo do tempo de trabalho em Cursos pré-vestibular, nota-se um discurso muito presente nessas instituições, principalmente no que diz respeito a opinião de alguns professores sobre profissões que deveriam ser seguidas pelos alunos. Havia algumas que os alunos deveriam tentar e outras não: “não vale a pena vocês tentarem medicina ou Direito, façam enfermagem ou serviço social”, um professor disse uma vez. Além da necessidade de fazer a escolha certa, de encontrar o lugar adequado para suas aptidões, considerando a importância de capturar o corpo para a maior produtividade no menor tempo possível, esses sujeitos se deparavam com mais limitações para suas escolhas. O descarte de algumas profissões que não seriam adequadas para eles: aquelas com maior exigência de estudo não deviam ser tentadas. Mais uma vez: a escolha da profissão é livre, desde que não seja medicina ou direito, pois estas são destinadas a outras pessoas. Quando se afirma que o sujeito da comunidade deve fazer enfermagem ao invés de medicina, há um esquadramento das escolhas e a afirmação de um enquadramento à um padrão possível.

Um último ponto relevante e que se fez visível nas falas dos participantes é a universidade como lugar inadequado para aqueles alunos. Morador da favela e universidade são instâncias a princípio incongruentes. Muitos alunos afirmavam serem os primeiros de suas famílias a tentar vestibular. Outros traziam enquanto incômodo, as críticas que recebiam por terem sustentado a escolha de entrar na universidade. De uma maneira geral, a opinião que os alunos ouviam era de que essa não era uma escolha possível e que, por não levar a nada, deveriam desistir dessa opção. Tais afirmações evidenciam que esta é uma fronteira visível para aqueles moradores, mas que acaba chegando a grande maioria dos moradores da favela como sendo a ordem natural das coisas. Nesse sentido, o acesso a universidade e, portanto a elevação a um nível superior dentro do mercado de trabalho se delineia enquanto hegemonia. Mas tal acesso é ‘permitido’ a determinados sujeitos em detrimento daqueles que não integram tal contexto.

A favela, enquanto um espaço que está a margem dos padrões de segurança, saúde, saneamento básico ou moradia, é também um espaço que produz sujeitos fora



das profissões produzidas enquanto normas. Marginalizados, transgressores da norma e, portanto criminalizados, os moradores da favela passa também a ter suas escolhas esquadrihadas a esses espaço de margem.

### **3.6) Últimas Considerações:**

Existe um tipo de vínculo com a profissão que está sendo produzido e que, portanto, se torna hegemônico. É o vínculo desejado. As escolhas profissionais também são alvo de controle e monitoramento do poder. Esse formato da profissão como algo rígido é criado para organizar a vida em sociedade. E o trabalho desejado passa a ser o trabalho seguro, bem sucedido. Ou ainda, aquele que vai ser produtivo em um menor tempo. E agora também aquelas que são destinadas aos moradores de favela. É nas falas desses alunos, desses professores que se nota que, mais uma vez as formas que escapam a essa hegemonia subjetiva acaba sendo esmagada.

Entendo que o Curso pré-vestibular do CEASM, em conjunto com a prática de Análise do Vocacional, permite que essas fronteiras ganhem visibilidade, ao mesmo tempo em que são desmanteladas, com o acesso desses jovens a tais profissões “inadequadas” e ao espaço da universidade que a eles não era destinado. Se um aluno entra no curso, sendo o primeiro de sua família a conseguir acesso a universidade, nos anos seguintes são seu irmão e seus pais a acreditarem nessa possibilidade. Vários são os exemplos desse tipo de influência desde que o CPV-CEASM surgiu. Esses fatos nos mostram que a possibilidades desses jovens se ampliam e colocam em xeque esse enquadramento deles enquanto sujeitos pertencentes a um outro lugar que não a universidade. Dessa maneira, colocam em xeque os processos de criminalização.

Tais processos são instituídos concomitantemente às produções das normas que regem as condutas, as ações, os desejos, ou a subjetividade. E num processo de reciprocidade, os sujeitos produzidos por esse maquinário ou instrumentos de controle são também reprodutores de tais normas. Suas práticas e discursos têm efeitos na legitimação dessas maneiras hegemônicas de existir. Ou de outras. Dessa forma, são nossas ações enquanto sujeitos criadores de mundo que afirmam esse processo de mesmificação e esse processo de criminalização dos que estão a margem dessa norma estabelecida. E são também nossas ações que possibilitam a afirmação e a criação de novas maneiras de ser no mundo. E isto ultrapassa o campo da Psicologia, da Análise do Vocacional ou dos professores e coordenadores do pré-vestibular, uma vez que somos todos nós sujeitos construtores de mundos.

Dentro dessa lógica, o próprio vestibular, o espaço universitário e as escolhas das profissões desses jovens tornam visíveis forças, que, por se fazerem visíveis, são passíveis de desnaturalização, abrindo caminho para outras possibilidades. A Análise do Vocacional afirma-se na aposta de um espaço de potencialização de outras formas de se relacionar com o mundo, diferentes daquelas impostas por esse maquinário capitalístico. É pensar o vínculo com a profissão como arte, como produção. A vida estando aberta para o acaso. A partir da imprevisibilidade, não há mais a garantia. O espaço do pré-vestibular permite que novas possibilidades se componham como modos de existência: que escapem ao mundo produzido pelas tecnologias de controle, ao mundo presente nas regras, nas instituições, nas normas. É pensar a escolha da profissão e na escolha pelo acesso à universidade como um espaço de afirmação da vida sem subjetividades hegemônicas, sem sujeitos rostificados ou mesmificados, sem sujeitos desviantes ou criminalizados. Sem que haja quadrados definidos para cada um. Uma afirmação da vida enquanto construção de singularidades.

#### **4) A Maré e o CEASM**

Ao longo da história, a Maré foi se constituindo no em torno da Baía de Guanabara. Durante muito tempo foi marcado pela construção de moradias sobre palafitas – habitações precárias construídas na lama e na água e sobre aterros realizados pelos próprios moradores. Instituído como bairro em 1994<sup>10</sup>, localiza-se na Zona da Leopoldina da cidade do Rio de Janeiro, ou mais especificamente, entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha. Contempla hoje o segundo maior complexo de favelas do Rio de Janeiro<sup>11</sup>, integrando 16 comunidades e aproximadamente cento e cinquenta mil habitantes<sup>12</sup>. Apesar da imensa diversidade entre as comunidades, a Maré assume um perfil no imaginário carioca como um espaço miserável, violento e com condições de vida extremamente precárias.

Dentro do bairro funcionam algumas intervenções de cunho educacional, político ou cultural. O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré surgiu em 1997, a partir da articulação de um grupo de moradores de diversas comunidades do bairro. De uma maneira geral, a instituição aposta em projetos culturais (Museu da Maré) e educacionais (CPV, o Cidadão, entre outros), acreditando em iniciativas que envolvam

---

<sup>10</sup> Lei municipal do nº2 119 de 19 de janeiro de 1994

<sup>11</sup> Conforme dados do IBGE e IPLAN - RIO - 1998

<sup>12</sup> Nova Holanda, Conjunto Pinheiros, Vila do João, Vila dos Pinheiros, Salsa e Merengue; Morro do Timbau, Conjunto Esperança, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Rubens Vaz, Parque União, Roquete Pinto, Ramos; Marcílio Dias; Nova Maré e Conjunto Bento Ribeiro Dantas.

os próprios moradores como agentes criadores e construtores de uma nova realidade local. A tentativa é de afirmar novas possibilidades de redes sociais, acreditando também na melhoria de vida dos sujeitos que integram as comunidades

O CEASM surge inicialmente com o projeto do Curso Pré-vestibular Comunitário. Este, por sua vez, se propõe a ser um curso preparatório que possibilite aos alunos uma nova inserção educacional e cultural, acreditando no acesso à universidade pública como meta inicial. Associado a este fim, acredita-se na construção de estratégias apoiadas em potencialidades dos próprios moradores que integram o projeto, valorizando o protagonismo e o olhar crítico das realidades sociais. Nesse sentido, a aposta é na ampliação de possibilidades educacionais, culturais e profissionais dos jovens, tendo como efeito a transposição de barreiras e a entrada no ensino superior com permanência qualificada.

Em agosto de 2009 teve início a parceria entre o projeto de pesquisa da UFRJ e o CPV-CEASM. Desde então as intervenções contemplaram diferentes frentes, desde grupos de Análise do Vocacional com os alunos, grupos de discussão apostando no diálogo como instrumento de construção crítica ou ainda, participação nas reuniões mensais de equipe. No que diz respeito à formação do grupo de Análise do Vocacional em 2009 e 2010, as atividades ocorreram em um horário anterior as aulas do próprio CPV. Os encontros tinham a duração de aproximadamente 1h e ocorriam no próprio espaço do CEASM.

##### **5) Bibliografia:**

- BARROS, R.B. A Noção de entre em Deleuze/Guattari: Primeiras Aproximações à Clínica dos Grupos. *In* Cadernos Transdisciplinares. Rio de Janeiro: UERJ, 1998, p. 23-31.
- \_\_\_\_\_ Grupos: Afirmação de um Simulacro. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.
- BARROS, R.B. e PASSOS, E. A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade. *In* Psicologia: Teoria e Pesquisa, Jan-Abr 2000, Vol. 16 n. 1, pp. 071-079.
- BATISTA, V.M. O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: Dois Tempos de Uma História. 1Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

- BICALHO, P.P. e SOUSA, C.F., Extensão Universitária na Formação em Psicologia e a Questão Vocacional: um Analisador da Produção de subjetividades. In: *Psicologia, Ensino e Formação*. Brasília 2010, vol.1, n.2, pp. 35-46. ISSN 2177-2061
- BOCK, S. D. *Orientação Profissional: a Abordagem Sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2002.
- DORNELLES, J.R.W. *O que é crime*, Ed. Brasiliense, 1988.
- FERREIRA, A. A. L. *O Múltiplo Surgimento da Psicologia*. In *História da Psicologia: Rumos e percursos*. Rio de Janeiro: NAU, 2005.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. In *Capítulo 2, Os Recursos para o Bom Adestramento*
- FROTTÉ, M. D. *Analítica do Vocacional: percursos e derivas de uma intervenção*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Niterói: UFF, 2001.
- GUATTARI, F. *Revolução Molecular: Pulsões Políticas do Desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LOURAU, René. *Pequeno Manual de Análise Institucional*. In: ALTOÉ, Sonia (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2003.
- MACIEL JUNIOR, A. *Clínica, Indeterminação e Biopoder*. In: *Comissão Regional de Direitos Humanos*. (Org.). *Direitos Humanos? O que temos a ver com isto?*. 1 ed. Rio de Janeiro: Crp-RJ, 2007.
- MACIEL JUNIOR, A. *Clínica e Ética: Biopoder e Possibilidade de Escolha*. Projeto de Mestrado de Psicologia da UFF, Rio de Janeiro, 2002.
- MANSANO, S. R. V. Cap. 1: *A Adolescência e a escolha profissional: invenções históricas* e Cap. 3: *Trajetória profissional: uma construção artística*. In: *Vida e Profissão: Cartografando trajetórias*. Ed. Summus Editorial . 2007
- NETO, L. F. *Biopolíticas, As Formulações de Foucault*. Ed Cidade Futura 2010.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre. Sulina, 2009

- ROLNIK, S. Geopolítica da Cafetinagem. *In* Direitos Humanos o que temos a ver com isso.
- SPARTA, M. O Desenvolvimento da Orientação Profissional no Brasil. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 2003, 4 (1/2) pp.1-11
- VIESENTEINER, J.L O estatuto da ética em Deleuze. *In* : Ciclos de Seminários PET-Filosofia – UFPR. 2006.
- VIEIRA, A.C.P. Da memória ao museu: a experiência da favela da Maré. *Encontro Regional de História*, 12, 2006, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Anpuh, 2006. Disponível em:<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Antonio%20Carlos%20Pinto20Vieira.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2007.

## 6) Resumo do Trabalho

O presente trabalho tem como objetivo analisar os principais vetores que atravessam as escolhas profissionais dos jovens da Maré, partindo da atuação do projeto de pesquisa-intervenção "Construindo um processo de escolhas mesmo quando 'escolher' não é um verbo disponível", vinculado ao Instituto de Psicologia da UFRJ com atuações no Curso Pré-Vestibular (CPV) do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). A intervenção, por meio da prática de Análise do Vocacional, problematiza as propostas tradicionais da Orientação Vocacional, através da noção cristalizada de natureza ou essência do sujeito e do ideal de 'um lugar certo para o sujeito adequado'. Nesse sentido, a escolha passa a ser vista como um processo atravessado por diversas forças que fazem emergir uma opção, ao invés de outra. Portanto, não é algo isolado no indivíduo, mas evidencia os processos de construção das relações sociais, normais sociais e sujeitos sociais. Ao longo das intervenções, alguns discursos de professores, coordenadores e alunos produziram novos questionamentos. E, as problematizações que emergiram não se reduzem ao desvelamento das aptidões para um enquadramento funcional mais eficaz. Visibilizando outros vetores que atravessam as escolhas. A partir disso, observamos que algumas trajetórias profissionais são evidenciadas como mais adequadas aos jovens da Maré. Como tais categorias e normas se produzem? Partimos da discussão da sociedade de controle (DELEUZE, 1990), enquanto um modo de funcionamento em que o poder tem seu exercício na vida em suas minúcias, em que os sujeitos são capturados enquanto desejantes. O poder

não é imposto aos indivíduos, mas calcado no discurso da liberdade, fazendo com que tais normas sejam desejadas. Através desse maquinário, delineiam-se normas e sujeitos ditos ‘normais’, instaurando-se o esquadramento de modos de ser sujeito em prol de uma “colocação de ordem”, de uma determinação de espaços mais adequados. Nessa conjuntura, apesar do discurso de sujeitos livres, as escolhas são delineadas de forma que toda singularidade que escape a essa hegemonia acabe por ser esmagada. Se partirmos dos discursos encontrados no curso pré-vestibular, três são os principais vetores que constituem normas de esquadramento: perda de tempo e produtividade, questões encontradas desde o surgimento da Orientação Profissional; a dificuldade do acesso a determinadas profissões (como Medicina ou Direito), uma vez que estes jovens seriam ‘incapazes’ de tal acesso; e por último, a ideia de que universidade pública não é um espaço destinado aos moradores de comunidade. Uma vez permitindo o acesso de alguns jovens a ‘espaços inadequados’, o CPV do CEASM permite que essas limitações ganhem visibilidade, ao mesmo tempo em que são desmanteladas. Ao colocar em análise, a prática de Análise do Vocacional potencializa novas formas de relacionar com a sociedade e com a escolha profissional. Em conjunto, produzem novas formas de vida, que escapam à hegemonia produzida pelas tecnologias de controle, afirmando assim um compromisso ético-político na produção de sujeitos e mundos.

## **7) Memorial**

A “pesquisa-intervenção” vai de encontro com outras propostas de pesquisa, uma vez que parte não da aplicação de um conhecimento a priori a uma realidade, mas da intervenção no objeto pesquisado. A sugestão é de que a prática influencia na construção da teoria, e vice-versa. Dessa forma, não se debruça sobre um objeto pré-fixado, mas entende que há um campo em que realidades são produzidas. Conhecer seu objeto é conhecer a partir da própria prática, acompanhando o processo de produção de verdades e colocando em análise essas verdades instituídas (PASSOS et al, 2009).

Dessa forma, ao intervir no objeto a ser pesquisado e não representá-lo, a pesquisa-intervenção é uma modalidade que muda a posição política da própria pesquisa. Se a sua ação modifica e transforma o objeto, então quais os efeitos dessa intervenção? A não-neutralidade vai dar lugar a implicação do pesquisador, que passa de observador a interventor. Entende-se com isso à importância de colocar em análise os efeitos das ações, produções e práticas, (re)afirmando constantemente um processo de análise das implicações (ibid.)

As constantes (trans)formações que emergem das práticas impulsionam um olhar crítico para a atuação profissional do Psicólogo. Se partirmos da sociedade contemporânea como sendo constituída por tecnologias de controle que produzem lugares específicos para pessoas adequadas, coloquemos em análise a inserção do Psicólogo nessas tecnologias. Corroborando com um maquinário, os profissionais sociais, atuam a partir do discurso do outro afirmando verdades. Enquanto um profissional social, a figura do psicólogo muitas vezes cristaliza-se enquanto um detentor de um saber especializado capaz de desvelar sujeitos. Dessa forma, o fazer psicológico encontra-se em uma encruzilhada política: ou reproduz o modelo dominante ou cria processos de singularização, como um espaço de resistência a esse modelo.

Por conseguinte, coloco em análise a minha postura enquanto profissional que intervém em um objeto. E a problematização que mais me intrigou ao longo das práticas é que tal objeto de intervenção são sujeitos. A minha atuação no projeto e nas práticas de Análise do Vocacional serviu como construção de um olhar crítico desse processo de formação de sujeitos e mundos. Quando coloco em análise então, as implicações políticas dessa prática, faço menção à multiplicidade do grupo e a possibilidade do encontro com o imprevisível como potência de um processo constante de (re)invenção de si e do mundo (BARROS, 2007). Na emergência de novos modos de existência está a possibilidade de transgressão das referências sociais dominantes, consideradas até então como naturais, sendo essas referências relacionadas ao campo vocacional ou a qualquer outro.

Outro ponto que se fez relevante ao longo das vivências foi a possibilidade de um novo olhar sobre a construção dos caminhos. Dentro disso, começo a olhar para a minha trajetória profissional e para a minha formação enquanto Psicóloga como algo que só é possível a partir dos encontros com o imprevisível, se fazendo na própria experimentação. Nesse sentido, o próprio fazer psi “é um processo e como tal, não pára de se transformar. Não é julgado pelo resultado final, mas pela qualidade de seu curso e pela potência de sua continuação (BARROS, 2007, p.30)”.

Coloco-me sempre a pensar na minha postura enquanto sujeito que co-habita um mundo a ser compartilhado, vivido, trocado. Quais são os efeitos que continuam reverberando na vida daqueles sujeitos? E para além deles? Estar nesse projeto, pensando os efeitos das minhas ações para com o outro, passo a acreditar acima de tudo que tais efeitos tem potência na construção de um mundo para além de certas relações que se instauram no contemporâneo. Viver e experimentar uma atuação que acredita na

potencialização de singularidades e de novas maneiras de se relacionar com o mundo, recusando o projeto de hegemonia e mesmificação, é acreditar na construção de novas relações sociais e principalmente, de novos mundos. Com efeito, a atuação no projeto de pesquisa e as intervenções no CPV me permitem apostar em novas formas de vida: para além dos enquadramentos, para além das esmagaduras.

É acreditar na potência da transformação e dos processos inventivos de sujeitos e mundos. É acreditar na potência da criação: a vida enquanto projeto artístico de constante (re)invenção. Tal crença me move enquanto psicóloga, sim, uma vez que interventora desses sujeitos e mundos. Mas mais ainda, me impulsiona e me transforma enquanto sujeito, potencializando também em mim novas formas de se relacionar com o outro, com o mundo e comigo mesma.